



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 6/2024, em que são recorrentes o Conselho de Administração e o Chefe da Casa Civil, ambos da Presidência da República, e entidade recorrida o Tribunal de Contas.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 100/2024

Autos de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade 6/2024

(CA e Chefe da Casa Civil da PR v. TdC, baixa do processo para correção de tramitação, no sentido de apreciação e decisão da admissibilidade do recurso pela entidade que prolatou o ato judicial impugnado por alegada aplicação de norma inconstitucional)

I. Relatório

1. No dia 28 de outubro, a secretaria deste Tribunal Constitucional recebeu um requerimento remetido pelo Tribunal de Contas de autoria do Conselho de Administração e do Chefe da Casa Civil, ambos da Presidência da República, contendo pedido de fiscalização da constitucionalidade de norma alegadamente aplicada por este último órgão judicial.

2. Na mesma:

2.1. Identifica-se os preceitos legais a partir dos quais o recurso é interposto.

2.2. Explicita-se a competência deste órgão judicial para o escutinar e aspetos relacionados à sua interposição, e a legitimidade dos recorrentes.

2.3. Indica-se norma cujo escrutínio se requer, a qual estaria inscrita no artigo 17, parágrafo segundo, da Lei 24/IX/2018, de 2 de fevereiro, que regula a organização, a composição, a competência e o funcionamento do Tribunal de Contas, na “parte em que prescreve que o termo do mandato de cada um dos juízes do Tribunal de Contas se verifica com a posse do novo titular”.

2.4. E também da norma constitucional com a qual seria desconforme constante do artigo 219, parágrafo segundo, da Constituição da República de Cabo Verde, que, “fixa em cinco anos o mandato dos juízes o mandato dos juízes do Tribunal de Contas”, na sua opinião, estatuiu que “o mandato cessa com o decurso do respetivo prazo de duração”.

2.5. Informa-se igualmente que a questão da inconstitucionalidade foi suscitada no requerimento em que os recorrentes arguíram a nulidade de deliberação proferida pela 2ª Secção do TdC, datada de 26 de setembro, quando foram surpreendidos com a aplicação, ainda que implícita da norma. E fizeram-no, articulando entendimento de que “visto o prazo de cinco anos de duração do mandato fixado no n.º 2 do artigo 219º da CRCV transcorreu às 24 horas do dia 13 de novembro de 2023, conduzindo à caducidade do mandato de cada um dos juízes [d]o Tribunal de Contas.

2.6. Expressa-se entendimento de que não sendo o relatório de auditoria suscetível de reclamação ou arguição de nulidade nos termos da lei aplicável, os recorrentes esgotaram todas as vias de recurso previstas pela lei, e interpuseram o recurso oportunamente, haja em vista que notificados no dia 14 de outubro, protocolaram o seu recurso no dia 24 do mesmo mês.

2.7. Considera-se, a final, que o recurso deveria subir nos autos e com efeito suspensivo.

2.8. Por isso, os peticionários requerem que ele seja admitido e que se o fizesse subir, dando-lhe os efeitos próprios decorrentes da lei.

3. O mesmo foi objeto de um despacho manuscrito subscrito pelo Venerando Conselheiro Relator na folha de rosto com a seguinte inscrição: “Ciente. Notifique-se. Remeta-se o presente requerimento ao Tribunal Constitucional” [Data: 18.10.2024].

4. Distribuído ao Juiz-Presidente desta Corte para classificação, este ordenou que o fosse como um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, mas, que dada a aparência de tramitação incorreta, fosse submetido a apreciação imediata da Conferência na perspectiva de a mesma ter de ser corrigida.

4.1. Promovendo-se discussão a respeito no dia 15 de novembro, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e a presença do Senhor Secretário do TC;

4.2. Dela decorreu a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Da exposição feita, emerge questão prévia de se saber:

1.1. Primeiro, um recurso de fiscalização concreta pode ser apreciado pelo Tribunal Constitucional sem uma decisão de admissibilidade e com base em mero despacho de remessa subscrito pelo Relator do Tribunal recorrido;

1.2. Segundo, esta decisão pode ser tomada pelo Relator ou se, à luz da legislação de processo constitucional aplicável, seria competência exclusiva do órgão que prolatou a decisão recorrida.

1.3. Terceiro, na hipótese de a resposta aos quesitos ser de que, a) o Tribunal Constitucional não pode apreciar um recurso de constitucionalidade sem que antes haja pronúncia sobre a sua admissibilidade; e, b) tal competência cabe sempre ao órgão que prolatou a decisão impugnada por alegada aplicação de norma inconstitucional, determinar-se a baixa dos documentos enviados para efeitos de correção da tramitação do processo.

2. O problema jurídico tem como pano de fundo o facto de o Colendo Juiz-Conselheiro Relator ter decidido remeter o requerimento sem que houvesse apreciação de admissibilidade do recurso, de o ter feito através de uma decisão monocrática e de o mesmo não ter subido nos autos, como impõe a lei.

3. O quadro regulatório para se fixar a entidade especificamente competente para admitir um recurso de fiscalização concreta, é, pelas razões expostas em outras decisões similares (*Acórdão 13/2024, de 06 de fevereiro, Rui Correia v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma Inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 14

de março de 2024, pp. 535-539, 3.4.; *Acórdão 14/2024, de 06 de fevereiro, António Veiga e Suas Representadas v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 14 de março de 2024, pp. 539-544, 3.4), a Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, haja em vista que o regime de admissão de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade é autossuficiente nesta matéria.

3.1. A respeito da primeira questão dispõe o artigo 83 que “compete ao tribunal que tiver proferido a decisão recorrida apreciar a admissão do respetivo recurso”.

3.2. Neste caso concreto, dúvidas não haverá de que o recurso de fiscalização concreta carece de uma decisão prévia de admissão que é da exclusiva competência do órgão recorrido, a qual não pode ser substituída por este Tribunal.

3.3. A propósito, em ocasiões anteriores (*Acórdão 13/2024, de 06 de fevereiro, Rui Correia v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma Inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado; *Acórdão 14/2024, de 06 de fevereiro, António Veiga e Suas Representadas v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma*, o atual Coletivo já tinha articulado entendimento de que “[o] facto de ter no seu bojo situação que envolve duas ordens jurisdicionais diferentes, uma das quais, composta por este Tribunal, vê a sua intervenção materialmente circunscrita a questões de constitucionalidade. Mas, em que ambas possuem jurisdição constitucional ainda que uma delas – o Tribunal Constitucional – em sede recursal, incidental e final, enxertando-se a questão num processo-principal que tramita perante a primeira, num contexto de subida e de descida, conforme resulta dos artigos 85 e 93, parágrafo terceiro, da Lei do Tribunal Constitucional. 4.4.3. Sendo assim, o envolvimento substantivo do tribunal judicial recorrido na decisão de admissibilidade é tão natural, quão inevitável. Por essa razão, o Tribunal Constitucional não estaria muito inclinado em endossar a interpretação de que tal juízo se traduziria, segundo se pôde entender, numa espécie de controlo de conformidade do requerimento com exigências formais e pouco mais. (...). (...) [A] aferição de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta pelo órgão judicial recorrido vai muito além disso, sendo potencialmente plena, abarcando não só a verificação da correção formal da peça e a presença dos elementos que a lei impõe, como também a apreciação, ainda que

perfunctória, a respeito de alegações respeitantes à aplicação ou desaplicação de norma e a constitucionalidade da questão que, dentre outros, decorrem do juízo de viabilidade que expressamente o legislador autoriza o tribunal *a quo* a fazer debaixo da fórmula do parágrafo terceiro do artigo 83, da inadmissibilidade do “recurso manifestamente infundado”, que, de tão amplo, ainda permite uma análise sumária do mérito da própria impugnação e justifica a não-admissão nos casos evidentes de improcedência das alegações de inconstitucionalidade. 4.4.4. Neste sentido, a atuação do órgão judicial recorrido torna-se num meio de triagem essencial para o funcionamento da justiça constitucional não só para filtrar os processos que sobem ao Tribunal Constitucional, afastando os claramente desprovidos de qualquer mérito, como também para garantir a correção formal, neste caso das peças, e sobretudo para avaliar se as alegações que o recorrente faz em relação à aplicação de norma inconstitucional se materializaram efetivamente nos autos. 4.4.5. Portanto, trata-se de momento essencial no que diz respeito à tramitação do recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade, não se podendo entender tal etapa como carente de importância sistémica, de tal sorte a poder ser substituída por meio mais expedito. 4.4.6. Com tal finalidade, o que se pode concluir é que se trata de juízo efetivo, ainda que perfunctório, que se justifica por razões objetivas de racionalização e sistematização do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade, pela sua natureza baseado numa divisão de trabalho num quadro de complementaridade entre tribunais colocados em ordens jurisdicionais diferentes, mas unidos pela partilha de competências em matéria de proteção da Constituição. Premissa que, além de reconhecer aos tribunais comuns competência para atuar primariamente nesse âmbito, daí a obrigação de se suscitar a questão de inconstitucionalidade durante o processo, e o poder/dever que lhes é reconhecido de não aplicarem normas contrárias à Constituição, também os envolve no processo de admissão de recursos, exercendo função sistemicamente importante de triagem formal e substantiva dos processos que sobem ao Tribunal Constitucional”.

3.4. O facto de estas decisões se referirem aos tribunais comuns e não ao TdC não altera substancialmente o seu teor e aplicabilidade.

3.5. Logo, concluindo-se que, antes de o Tribunal proceder à apreciação das questões colocadas, e, antes, do competente exame de cognoscibilidade da impugnação deduzida, é imprescindível que exista uma decisão positiva de admissibilidade.

4. Conclusão que está relacionada à segunda questão, posto também não parecer que qualquer tipo de apreciação tendente à verificação da admissibilidade do recurso, a acreditar que o ato judicial recorrido é uma deliberação aprovada por uma secção do Tribunal de Contas, portando a natureza de uma decisão colegial, possa ser materializado por um despacho individual, ainda que seja do Relator do processo.

4.1. Sobre a qual este Tribunal já havia assentado, depois de aturada reflexão que “a filosofia adotada pelo sistema é de que cabe ao órgão autor do ato impugnado por razões de constitucionalidade normativa a competência para apreciar a sua admissibilidade” (*Acórdão 13/2024, de 06 de fevereiro, Rui Correia v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma Inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, 5; *Acórdão 14/2024, de 06 de fevereiro, António Veiga e Suas Representadas v. TRS, Admissão por Entidade que Não-Prolatou Ato Judicial Impugnado por Aplicação de Norma*, Rel: JC Pina Delgado, 5).

4.2. Por conseguinte, somente seria legítimo que a decisão fosse tomada pelo Eminentíssimo Conselheiro Relator se a decisão recorrida fosse da sua lavra, no exercício de um poder monocrático, mas já não se o que se visa impugnar é a aplicação de norma por decisão colegial de uma das secções do Tribunal, o que, até agora, o TC não consegue apurar porque o recurso não subiu nos autos, como, em princípio, devia.

4.3. Logo, a materializar-se a última hipótese seria sempre a secção e não o relator a pronunciar-se sobre a admissibilidade do recurso, não alterando esse sentido o facto de os recorrentes terem dirigido o requerimento ao “Juiz Conselheiro (Relator) da 2ª Secção do Tribunal de Contas” ou de terem requerido a ele que se pronunciasse ao usarem a fórmula “requer a Vossa Excelência que se digne admitir o presente recurso”; o que não impede que o próprio tribunal recorrido determine, caso entenda necessário, a correção da peça.

5. Em suma, no entendimento do TC impõe-se que o requerimento baixe ao tribunal recorrido, neste caso o Colendo TdC, para que o órgão ao qual se imputa a aplicação de uma norma inconstitucional se pronuncie sobre a admissibilidade do recurso, nos termos da lei.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário determinam a baixa do requerimento ao Tribunal de Contas por ausência de decisão sobre a admissibilidade do recurso pelo órgão ao qual se imputa a aplicação de norma inconstitucional.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de novembro de 2024

Pelo Tribunal:

José Pina Delgado
Aristides R. Lima
João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges